

Contrato de Prestação de Serviços

**Contrato n° 124/2025
Dispensa de Licitação n° 60/2025
Processo Licitatório n° 91/2025**

**Contratação de pessoa jurídica
para Implantação, locação e
manutenção de Software para Gestão
Ambiental**

Contratante: Município de Santa Cecília do Sul, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n° 04.215.090/0001-99 com sede na Rua Porto Alegre, n° 591, neste Município de Santa Cecília do Sul, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **Leonardo Panisson**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 911.052.500-91, residente e domiciliado na Rua Rio Grande, n° 874, neste Município.

Contratada: 2SO Desenvolvimento de Softwares Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 61.942.943/0001-28, com sede na Rua Norberto João Castioni, n° 09, Bairro Reserva do Parque, CEP 99.150-000 na cidade de Marau - RS, neste ato representada por **André Marconi Sotille**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n° 006.385.290-00, residente e domiciliado na Rua Norberto João Castioni, n° 09, Bairro Reserva do Parque, CEP 99.150-000 na cidade de Marau - RS.

As partes acima qualificadas, têm entre si certo e avençado, em conformidade com o constante na **Dispensa de Licitação n° 60/2025, Processo Licitatório n° 91/2025**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n°14.133, de 01/04/2021, alterações posteriores e demais legislações pertinentes, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços para Implantação, locação e manutenção de Software para Gestão Ambiental, composto pelos seguintes serviços:

- a) Hospedagem de sistemas - Implantação de Software e Migração de Dados;
- b) Locação - Licença de uso, Manutenção, serviços de suporte e atendimento remoto.

Parágrafo Primeiro - O software a ser implantado deverá atender integralmente às necessidades da Administração Pública Municipal, contemplando, no mínimo, os seguintes módulos e funcionalidades:

- I- possibilitar o cadastro, a tramitação, a análise, a emissão e o controle eletrônico de licenças ambientais, autorizações e demais atos administrativos, permitindo o acompanhamento integral dos processos por meio de ambiente seguro e autenticado;
- II- abranger a emissão e o controle de autos de infração, notificações, embargos, termos de compromisso, relatórios de vistoria e demais documentos administrativos, assegurando registro, histórico e rastreabilidade das ações;
- III- garantir plena integração entre os módulos internos de gestão e o portal público, permitindo acesso a diferentes perfis de usuários, como servidor público, empreendedor e responsável técnico, com autenticação, assinatura eletrônica e acompanhamento em tempo real das solicitações;
- IV- disponibilizar ambiente de controle gerencial com painéis de indicadores, relatórios de desempenho e acompanhamento de prazos, processos e empreendimentos, possibilitando análise quantitativa e qualitativa das atividades ambientais do Município;
- V- incluir módulo específico para cadastro e monitoramento de árvores, com informações sobre espécies, localização georreferenciada, solicitações de poda, autorizações de supressão, relatórios de manutenção e status atualizado de cada exemplar;
- VI- estruturar banco de dados centralizado, padronizado e georreferenciado, abrangendo todas as atividades, serviços, empreendimentos e indústrias consideradas potencialmente poluidoras, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- VII- possibilitar o cadastro e acompanhamento de condicionantes ambientais vinculadas às licenças emitidas, com alertas automáticos de vencimento, controle de prazos e registro de cumprimento;
- VIII- contemplar funcionalidade para registro e gestão de resíduos sólidos, efluentes, ocorrências ambientais, denúncias, ecopontos e demais situações correlatas, com geração de relatórios e estatísticas específicas;
- IX- permitir o registro de vistorias e ações fiscalizatórias, com emissão de relatórios fotográficos, autos, notificações e integração com o módulo de licenciamento e sanções;
- X- possibilitar o cadastramento e a atualização de tabelas, taxas, parâmetros, fluxos e demais informações conforme as normas e procedimentos municipais, sem necessidade de intervenção técnica externa;

- XI- gerar relatórios automatizados e personalizáveis com dados estatísticos, técnicos e administrativos, atendendo às demandas da gestão pública, da legislação e dos órgãos de controle;
- XII- possuir layout moderno, responsivo e intuitivo, que assegure fácil navegação, clareza na apresentação das informações, acessibilidade e compatibilidade com diferentes dispositivos;
- XIII- garantir confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, com controle de acesso individualizado, senhas criptografadas, registros de auditoria, mecanismos de backup automático e armazenamento em data center certificado;
- XIV- permitir a visualização de logs e histórico de movimentações em todos os módulos, assegurando transparência e responsabilização dos usuários;
- XV- assegurar suporte técnico remoto e manutenção corretiva e evolutiva do sistema durante todo o período contratual, com garantia de continuidade e estabilidade dos serviços;
- XVI- observar as determinações das legislações ambientais federais, estaduais e municipais, bem como as boas práticas de governança digital, interoperabilidade e segurança da informação estabelecidas pelos órgãos de controle e pelas Leis vigentes.

Parágrafo Segundo - Cabe a **Contratada** suportar todas as despesas para a prestação dos serviços ora contratados.

Cláusula Segunda - Do Pagamento

O preço a ser pago pelo Contratante pelo fornecimento dos serviços ora descritos na **Cláusula Primeira** é o valor de **R\$ 14.100,00 (Quatorze Mil e Cem Reais)**, composto por:

- a) **R\$ 3.900,00 (Três Mil e Novecentos Reais)**, pelos serviços descritos na alínea "a" da Cláusula Primeira;
- b) **R\$ 850,00 (Oitocentos e Cinquenta Reais)** mensais, no período de 12 (doze) meses, pelos serviços descritos na alínea "b" da cláusula Primeira.

Parágrafo Primeiro - Os valores serão pagos até o 10 (Dez) dias úteis de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, através de ordem de pagamento ou procedimento bancário.

Parágrafo Segundo - Quando da emissão da Nota Fiscal referida na alínea anterior, deverá a contratada enviá-la até o último dia útil do mês vigente e fazer constar na mesma os dados que identifiquem o n° do processo de dispensa e o n° do contrato a que se refere.

Parágrafo Terceiro - Quando do pagamento será retido e recolhido o ISSQN e IRRF devidos, e INSS se for o caso.

Parágrafo Quarto - Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.244/2012, conforme instituído pelo Decreto Municipal nº 1.673/2022, de 26 de julho de 2022.

Parágrafo Quinto - A retenção dos tributos não será efetivada caso a contratada apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Parágrafo Sexto - O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

Parágrafo Sétimo - No caso da execução do objeto não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas no contrato, o Município poderá reter o pagamento em sua integralidade até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas.

Cláusula Terceira - Do Reajuste

Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei federal 14.133/21, que deverá ser comprovado pelo Contratado e aprovado pelo Contratante.

Parágrafo Único - Os valores constantes deste Contrato serão reajustados pela variação do **IGP-M (FGV)**, ou, na hipótese de extinção desse índice, por outro que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data da apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se referir, de acordo com os art. 92, V, c/c os §§ 7º e 8º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula Quarta - Da Vigência

O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, com vigência a partir de 03 de novembro de 2025, findando em 02 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente, suplementada se necessário:

03.01 Secretaria da Administração

3.3.90.40.00.00.00- Serv Tec da Info e Comunicação - PJ

2009 Serviços Secretaria Agricultura e H.

Cláusula Sexta - Dos Direitos e Obrigações das Partes

Parágrafo Primeiro - Dos direitos da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento das obrigações da CONTRADA;
- b) Fiscalização da execução do contrato;

Parágrafo Segundo - Compete à CONTRATADA:

- a) executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do CONTRATANTE;
- b) Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- c) Reparar, corrigir, remontar, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que se verifique vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
- d) Cumprir as determinações do CONTRATANTE;
- e) Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, ao serviço contratado;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelo Contratante;
- g) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- i) Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto;
- j) Manter os seus funcionários devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e às normas disciplinares da Administração;
- k) Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
- l) Cumprir fielmente com a execução do objeto deste contrato;

Parágrafo Terceiro - Obrigação da CONTRATANTE:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b) Solicitar a reparação do objeto do contrato, que esteja em desacordo com a especificação;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato;

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA compromete-se a efetuar, pontualmente, os recolhimentos sociais, trabalhistas e previdenciários, durante todo o período do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração

Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Cláusula Sétima - Da Alteração Do Contrato

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de forma unilateral pela contratante ou por acordo das partes na forma do art. 124, inc. I e II e alíneas.

Cláusula Oitava - Da Extinção Contratual

Constituirão motivos para extinção do Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA terá direito à extinção do Contrato, em caso de atraso superior a 2 (dois) meses, contados da data da entrega do pedido, ou de parcelas de pagamentos devidos pela CONTRATANTE, por despesas relativas aos fornecimentos, conforme previsto no art. 137, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - Na hipótese referida no §1º, a CONTRATADA poderá optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, consoante facultado no art. 137, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula Nona - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º), e se observará o seguinte:

1.1.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.1.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.1.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quinto - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sexto - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Sétimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Oitavo - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

Parágrafo Nona - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo - Na impropriedade do pagamento por parte da CONTRATANTE, será aplicado a taxa SELIC, da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que a Contratada não tenha dado causa, hipótese esta que será admitida a retenção dos valores até a regularização.

Cláusula Décima - Da Lei Regradora

O presente Contrato é regido pela legislação brasileira, especialmente a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado, a analogia, os costumes e os princípios gerais de Direito.

Cláusula Décima Primeira - Da Fiscalização

A fiscalização deste contrato caberá ao Servidor Adair Tres.

Parágrafo Único - A fiscalização terá poderes, dentre outros, para notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual, podendo exigir a correção dos serviços que julgar inaceitáveis.

Cláusula Décima Sexta - do Foro

O Foro de eleição é o da Comarca de Tapejara - RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília do Sul - RS, 03 de novembro de 2025.

**Município de Santa Cecília do Sul
Leonardo Panisson
Prefeito Municipal
Contratante**

**2SO Desenvolvimento de Softwares Ltda
CNPJ nº 61.942.943/0001-28
André Marconi Sotille
Contratada**

Testemunhas:

1.

2.